



REUNIÃO DISCUTE TERCEIRIZAÇÃO

CNTV, CONTRACS, CUT/DF, DIAP e outros Sindicatos que representam terceirizados se reúnem para apresentar proposta para melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados

Foto: CNTV



No dia 25 de outubro, na sede da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, realizamos reunião com várias entidades representativas dos segmentos que terceirizados, afim de se discutir formas junto ao Governo Federal de melhorar as condições de trabalho dos terceirizados.

Vários foram os relatos de situações que estão acontecendo por licitações mal feitas e com preços inexequíveis que acabam por trazer prejuízos para os trabalhadores. Para o presidente da CNTV, José Boaventura: “é nossa responsabilidade política orientar o governo no trato com os trabalhadores terceirizados,

especialmente nas questões que envolvem a garantia de direitos e combate a discriminações sofridas no ambiente de trabalho”.

Segundo o presidente da Confederação Nacional do Ramo de Serviços e Comércio – CONTRACS, Julimar Roberto: “É necessária a formação de Grupo de Trabalho para que possamos colocar no papel as nossas demandas e possamos encaminhar para este Governo propostas para resolver questões profundas e recorrentes que atingem os terceirizados”.

Questões como segurança nas áreas de comércios, escolas, lei anti calote, convenções coletivas, empresas quebradas, Empresa Gocil, dentre outras, estiveram na pauta da reunião.

Estavam presentes os presidentes de sindicatos das seguintes categorias: vigilantes, comércio, asseio e conservação, limpeza urbana, bombeiros civis, bancários, telecomunicações, processamento de dados, dentre outros.

Contamos ainda a presença da Federação dos Comerciantes, Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, assessoria jurídica e Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco na pessoa do Presidente Souza.

FONTE: CNTV

CASO GOCIL:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS DE VIGILANCIA NÃO É COISA SÉRIA

Meia estória não é história!
Se for contar algo, conte
por completo, não só a parte
que lhe convém e faz você de
vítima!

 PENSADOR

Felipe de Souza Silva

Algumas vezes assumiram a tarefa de defender o argumento da Gocil em relação ao seu pedido de recuperação judicial ou, como se dizia no passado, de pré-falência ou concordata:

que as empresas do grupo Gocil não consegue honrar seus compromissos ou não tem capital de giro por causa dos altos juros.

Estas vozes, no entanto, escondem algumas indagações: o que causou o endividamento? Foi a administração dos recursos da empresa de Vigilância e de Serviço ou a retirada e saque de recursos das empresas para comprar bois e plantar soja e arroz?

Todo Vigilante com algum tempo de estrada já viu este filme. Patrões tirando dinheiro das empresas, saqueando as empresas para comprar fazendas, bois, aviões, mansões em Miami, fabricas e todo o tipo de bens e luxos. Ao final, com a empresa anêmica, sucateada, com todo seu sangue extraído, descartam a empresa como um objeto descartável, de verdade.

Quase todas as lideranças sindicais e a grande maioria dos trabalhadores já foram vítimas de patrões que quebraram empresas. Outros poucos “forjaram” a tal da recuperação judicial.

Nesta seara da recuperação dois casos foram marcantes para todos nós, até porque envolveram milhares de Vigilantes: a Coral (em Goiás) e Centro Oeste e a Sena Segurança (em Pernambuco), Norte e Nordeste. Nos dois casos, os patrões se saíram bem, preservando suas barras de ouro e seu patrimônio e os trabalhadores lesados, alguns até hoje (mais de 10 anos) brigando na para receber seus direitos. Já as empresas, nunca se recuperaram.

Também nos dois casos o Plano de Recuperação fixou deságios ou descontos de 40% ou 60% nos direitos dos trabalhadores. No caso Gocil, prepostos da empresa já falaram com lideranças sindicais que vão incluir no Plano deságio ou redução de 40% nos créditos dos mais de 20.000 empregados.

Isto tudo, sem mexer uma vírgula no patrimônio do dono da empresa, na sua mansão e outros bens no Brasil e fora do país. No seu pedido ao Juiz da Vara de Falências e Recuperação a empresa alega “não possuir bens”.

Outro fato que chama a atenção é a lista de credores declaradas pela empresa. São mais 240 folhas, cada folha com mais de 50 credores, com valores que variam de 24 reais e 15 milhões ou mais. Sobre isto vamos falar um pouco mais a frente.

Querer levar a sério uma recuperação judicial num negócio de terceirização, com este perfil e com zero de exemplo de seriedade, é brincar com a vida e a inteligência do trabalhador.

Vamos acompanhar e denunciar mais essa “estória” nebulosa.

Brasília, 26/10/2023

POR: José Boaventura -Presidente da CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes.



DEIXA PARA O TRABALHADOR

SINDFORTE RN COMEÇA DISCUSSÕES SOBRE NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

ONTEM, 25/10, O SINDFORTE-RN, SE FEZ PRESENTE NA SRTE INICIANDO AS RODADAS DE NEGOCIAÇÃO, NA MESA ESTIVERAM PRESENTES, ANTÔNIO FERNANDES PRESIDENTE DO SINDICATO, RÔMULO PESSOA SECRETÁRIO GERAL, JAMERSON COSTA SUPLENTE DE EXECUTIVA, DENILSON BARBOSA DIRETOR DA EXECUTIVA, IRAN VICTOR ASSESSOR DA CNTV, DR ODERLEY REZENDE, ADVOGADO DA ENTIDADE.

REPRESENTANDO O SINDICATO PATRONAL DR EMANUEL, NA REUNIÃO DE HOJE NA SRTE TIVEMOS A OPORTUNIDADE DE ENTREGAR, A NOSSA PAUTA DE REINVIDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO SINDICATO PATRONAL, OBSERVANDO PRIMEIRAMENTE A DISCUSSÃO UNIFICADA, SOBRE O ÍNDICE DO REAJUSTE DO SALÁRIO E VALE ALIMENTAÇÃO.

NA OCASIÃO REAFIRMAMOS A UNIÃO DOS ESTADOS PARA ESSA NEGOCIAÇÃO DE 2024, ONDE FOI DECIDIDO TAMBÉM QUE TODAS AS RODADAS SERÃO DE FORMA PRESENCIAL, JUNTO COM A COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO UNIFICADAS REPRESENTADA PELOS ESTADOS DO NORDESTE.

FICOU DECIDIDO TAMBÉM QUE, A PRÓXIMA SENTADA SERÁ NO DIA 14/11 ÀS 11H DA MANHÃ NO MESMO STRE.

Fonte: SINDFORTE RN

Assembleias em Natal, Mossoró e Caicó aprovam por unanimidade minuta da CCT 2023 / 2024

O período de negociação salarial amplia ainda mais a importância da unidade e da organização da nossa categoria

Durante os dias 23, 24 e 25 de outubro o SINDSEGUR realizou assembleias em Natal, Caicó e Mossoró para apresentar aos vigilantes a minuta da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025.

Em Natal, a assembleia foi realizada no dia 23 de outubro, no auditório da Subsede Natal. Na ocasião a minuta foi apresentada e discutida com os trabalhadores e em

seguida aprovada por unanimidade.

No dia 24 foi realizada a assembleia com os vigilantes de Mossoró e região. Já no dia 25 a assembleia foi realizada com os trabalhadores de Caicó. Nas duas cidades a categoria também aprovou a minuta da CCT apresentada pelo Sindsegur por unanimidade.

Chegou a hora de fazer valer mais uma vez toda a força da nossa categoria. Para isso, o SINDSEGUR convoca todos os vigilantes patrimoniais, sem exceção, para reforçar mais essa batalha da categoria por valorização profissional e respeito.

Fiquem atentos às informações publicadas no site e nas redes sociais do Sindsegur. Vamos à luta!

Confira a proposta da Minuta CCT 2024 – 2025

1. Reajuste de 5% de ganho real mais INPC apurado no período dos últimos doze meses compreendido entre janeiro e dezembro de 2023;

2. O trabalho em horário noturno será remunerado com o adicional de 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor da hora diurna;

3. Reajuste de 10% (dez por cento) do PRÊMIO ASSIDUIDADE

4. DO BENEFÍCIO-ALIMENTAÇÃO, reajuste no valor para R\$ 33,00(reais), por dia trabalhado, incluindo também no benefício aqueles que estão afastados em gozo de férias, por motivo de saúde, aqueles que se encontram nos dias da realização do curso de reciclagem e exceto em pericia médica. ficando limitado a 0,01%, o desconto do Vale alimentação – PAT. Ficando ajustado que o pagamento acontecerá obrigatoriamente no dia 1º útil de cada mês que antecede o início da jornada mensal.

5. Inclusão de CLÁUSULA referente ao PLANO DE SAÚDE;

FONTE: SINHDSEGUR RN

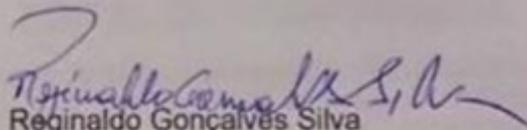


EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Transporte de Valores e Similares do Estado de Sergipe – SINDIVIGILANTE/SE, no uso das suas prerrogativas estatutárias, vem por meio deste **CONVOCAR** os **Empregados em Empresas de Transporte de Valores e Similares do Estado de Sergipe**, para participarem de **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** à ser realizada no dia 27/10/2023 (sexta-feira), na sede do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Sergipe, situado na Rua Rio Grande do Sul, 118 – Bairro: Siqueira Campos – Cidade: Aracaju/SE, sendo em Primeira chamada as 19h00min com quórum estatutário e em segunda chamada as 19h30min com qualquer número de interessados presentes para deliberarem as seguintes pautas:

- 1) **NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024.**

Aracaju/SE, 23 de outubro de 2023


Reginaldo Gonçalves Silva
Diretor Presidente
Sindivigilante/SE

Petrobrás atende demanda da FUP e garante plano de saúde para prestadores de serviço

Prestadores de serviços vinculados a contratos, ou seja, empresas terceirizadas com contratos firmados com a Petrobrás devem garantir maior abrangência da assistência à saúde de seus empregados

DIVULGAÇÃO/PETROBRÁS



A Federação Única dos Petroleiros (FUP) recebeu nesta segunda-feira (16/10) uma boa notícia para os trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviços à Petrobrás. A gerência de RH enviou uma carta, comunicando a decisão da diretoria executiva em atenção a algumas demandas trazidas pela FUP nas reuniões realizadas no âmbito do GT de Terceirização.

A FUP tinha anunciado em setembro que a Petrobrás estava sinalizando a garantia de plano de saúde para os novos editais de prestadores de serviços. Após cobrança da categoria em relação à situação dos trabalhadores já contratados, a FUP colocou com força essa demanda no GT, e obteve resposta positiva nesta segunda-feira.

Em resumo, prestadores de serviços vinculados a contratos, ou seja, empresas terceirizadas com contratos firmados com a Petrobrás devem garantir maior abrangência da assistência à saúde de seus empregados.

A conquista altera a cláusula do Plano de Saúde para os contratos de prestação de serviço, conferindo atendimento ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológico, e o custeio integral pela contratada, incluindo os dependentes legais até 21 anos, admitindo a coparticipação de até 25%, em contratos com mais de 365 dias. A assistência à saúde deve alcançar no mínimo o local de trabalho, sendo que para os contratos em regime especial de campo, a cobertura deve ser nacional.

No documento, a Petrobrás registra que esta medida passou a valer para novas contratações a partir do dia 1 de setembro de 2023 e que “em 29 de setembro de 2023, a Diretoria Executiva aprovou e determinou a realização de aditivos visando atualizar a nova cláusula do plano de saúde em contratos vigentes com alto risco à continuidade e segurança operacional, os quais deverão ser realizados até o primeiro trimestre de 2024”.

A empresa acrescentou: “Desta forma, estimamos que até o final de 2024, já

teremos um grande avanço na cobertura dos contratos com a nova cláusula do plano de saúde, alcançando mais de 1.500 contratos (equivalente a 55% do total de contratos) e um contingente de 89 mil prestadores de serviço mobilizados (ou 70% do total). Estimamos que até o final de 2026, teremos mais de 93% do contingente de prestadores de serviços vinculados a contratos com a nova cláusula do plano de saúde”.

FONTE: CUT - Escrito por: FUP



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF